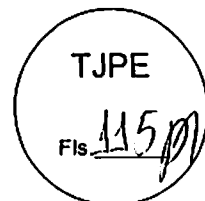




Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



073

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 196391-9 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE OROCO

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO  
AGRAVADO: CEZARINO DE CALDAS

5501

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. PEDIDO DE RETOMADA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. LIMINAR CONCEDIDA DETERMINANDO O RELIGAMENTO DA ENERGIA. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO COM BASE, EXCLUSIVAMENTE, EM DÉBITO GERADO UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. EXISTÊNCIA DE VÁRIAS FATURAS EM ABERTO. VALIDADE DA SUSPENSÃO COM BASE NA INADIMPLÊNCIA. HIPÓTESE PREVISTA NA LEI 8.987/95 E NA RESOLUÇÃO DE Nº 456/2000 DA ANEEL. RECURSO PROVIDO.

- A súmula 13, deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, considera abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga após a constatação de suspeita de fraude ;
- No caso, a suspensão no fornecimento de energia elétrica se deu em face de várias faturas não adimplidas, conforme expressa previsão legal, ou seja, não decorreu unicamente da constatação de irregularidade no medidor;
- Mantida a suspensão do fornecimento até o pagamento ou negociação do débito relativo ao consumo normal (faturas descritas às fls. 42).
- Reforma total da decisão recorrida.
- Recurso provido.

CSM



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

074

A C Ó R D ã O

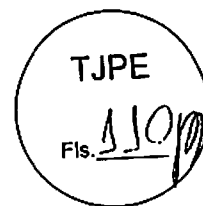
Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **DAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões, 27/01/10

*C. J. F. Saraiva de Moraes*  
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



075

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 196391-9 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE OROCÓ

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO  
AGRAVADO: CEZARINO DE CALDAS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso interposto contra o despacho da MM Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Orocó, cujo dispositivo determinou (fls. 26) "(...) que a requerida, no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100,00 (cem reais) faça a religação da energia elétrica do autor (...)".

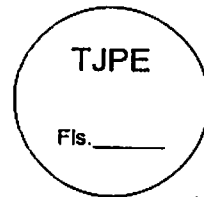
Em suas razões recursais afirma a Agravante que a decisão proferida é extremamente prejudicial para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, necessário à fiel prestação de serviços, sendo este de interesse para a Sociedade e para o próprio Estado. Fundamenta seus argumentos nos dispositivos das Leis 8.987/95, 9.427/96, e 10.438/02.

Houve inspeção pela Agravante na unidade consumidora do Agravado, foram constatadas algumas irregularidades nas condições dos equipamentos e nas instalações destinadas ao recebimento e medição da energia elétrica. Face ao disposto, procedeu, com base na resolução 456/2000 da ANEEL, com a substituição do medidor e à recuperação do consumo não auferido no período de agosto de 2004 a julho de 2006.

Aduz ser oportuno esclarecer ter havido a suspensão dos serviços de energia elétrica na unidade consumidora do Agravado, ressaltando contudo, a não relação desta à fatura vencida em 09/10/2006 no valor de R\$ 2.793,70 (dois mil setecentos e noventa e três reais e setenta centavos), gerada em função da apuração da irregularidade.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
*Cabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



076

Segundo a Agravante não houve qualquer anomalia no ato de suspensão do fornecimento da energia do Agravado, pois este encontrar-se-ia, de fato, em débito com a concessionária na data de 30 de setembro de 2006, conforme análise dos documentos juntados pelo próprio Agravado (fls. 42), circunstância suficiente para constituir-lo em mora.

Destarte, a Agravante pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao Agravado, para sustar os efeitos da liminar concedida, bem como pelo provimento do recurso ao final, revogando-se definitivamente a decisão interlocutória vergastada.

Através da decisão de fls. 91/94, concedi o pretense efeito suspensivo para sustar os efeitos da decisão, por entender, estarem presentes os requisitos necessários à sua concessão.

Não houve apresentação de contra-razões. A tentativa de intimação do Agravado mediante carta com aviso de recebimento foi frustrada (fls. 107), no entanto houve a regular publicação do inteiro teor da decisão no Diário Oficial do Estado de nº 174 de 29/09/2009 (fls. 101), sanado assim qualquer vício de comunicação do ato processual realizado.

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta sem revisão.

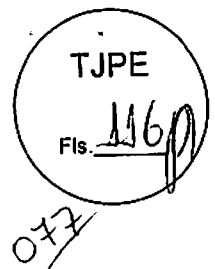
Recife, 18/07/10

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Podor Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 196391-9 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE OROCÓ

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO  
AGRAVADO: CEZARINO DE CALDAS

V O T O

Mantendo a mesma linha de pensamento adotada na apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo, entendo não existir elementos para julgar de modo diverso. Desta forma, adoto os fundamentos expendidos naquela decisão interlocutória, para incorporá-los à minha razão de decidir adiante exposta.

Com efeito, revelam-se suficientes os argumentos trazidos à baila pela Agravante para PROVIMENTO deste recurso, visto estar caracterizada a relevância da fundamentação (art. 558, do CPC), de conformidade com a legislação aplicável (Lei nº 8.987/95), que dispõe:

.....

Art. 6º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. (...)

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após aviso prévio, quando: (...)

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

.....

Regulamentando o dispositivo legal referido, a Resolução nº 456/2000 da ANEEL previu:

.....

Art. 90. A concessionária poderá suspender o fornecimento, de imediato, quando verificar a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

I - utilização de procedimentos irregulares referidos no art. 72;



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

078

Art. 91. A concessionária poderá suspender o fornecimento, após prévia comunicação formal ao consumidor, nas seguintes situações:

- I - atraso no pagamento da fatura relativa a prestação do serviço público de energia elétrica;
- II - atraso no pagamento de encargos e serviços vinculados ao fornecimento de energia elétrica, prestados mediante autorização do consumidor;(...)

§ 1º A comunicação deverá ser por escrito, específica e de acordo com a antecedência mínima a seguir fixada:

- a) 15 (quinze) dias para os casos previstos nos incisos I, II, III, IV e V;

.....

Vê-se, portanto, a existência de fundamento legal para interrupção do fornecimento do serviço em decorrência tanto da constatação de irregularidades (medidor violado) na unidade consumidora quanto pelo inadimplemento de faturas relativas ao fornecimento de energia.

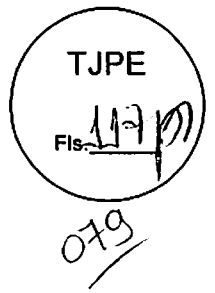
A Súmula 13, deste Tribunal de Justiça, considera abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude, corroborando entendimento do Superior Tribunal de Justiça<sup>1</sup>.

Encontrar-se-ia, pois, a Agravante, em situação irregular, consoante tal entendimento, caso viesse a efetuar o corte de energia elétrica com base em tal motivação.

<sup>1</sup> AgRg no REsp 854002/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.05.2007, DJ 11.06.2007, p. 282; AgRg no Ag 752292/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21.11.2006, DJ 04.12.2006, p. 268; REsp 834.954/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27.06.2006, DJ 07.08.2006, p. 213; REsp 914828/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08.05.2007, DJ 17.05.2007, p. 232; Resp 975.314/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20.09.2007, DJ 04.10.2007 p. 229.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



Em análise aos documentos anexos aos autos, depreende-se ter sido o Agravado notificado várias vezes sobre faturas em aberto, geradoras de débito referente ao serviço de fornecimento de energia elétrica realizado pela empresa Agravante (CELPE).

Consta, em dois desses avisos (fls. 61/62), o débito alusivo ao faturamento realizado unilateralmente pela concessionária, quando da apuração de irregularidade no medidor. Tal fatura não poderia, por si só, ensejar o corte na unidade consumidora do Agravado, sob pena de se afetar a ordem constitucional ao conferir maior proteção ao crédito da concessionária, em detrimento aos direitos fundamentais à integridade física e à saúde do consumidor, por ser o fornecimento de energia elétrica, um serviço essencial.

No caso, o corte de energia perpetrado pela Agravante não ocorreu em face da fatura gerada unilateralmente, e sim, em decorrência de outras várias faturas não adimplidas, fato comprovado pelo aviso de suspensão datado de 30/09/2009 (fls. 42). Por oportuno, destaco ter sido o Agravado previamente informado sobre a existência da dívida (fls. 59).

Por todas essas razões, perfilho-me ao entendimento esposado por decisão proferida pela C. 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, a qual se amolda com perfeição à hipótese dos autos, literalmente:

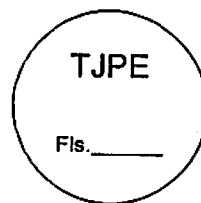
.....

ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – CORTE – FALTA DE PAGAMENTO – FRAUDE – ALTERAÇÃO NO MEDIDOR – ARTS. 22 E 42 DO CDC – INTERPRETAÇÃO. 1. O não-pagamento das contas de consumo de energia elétrica pode levar ao corte no fornecimento, desde que haja inadimplência por parte do consumidor, tendo sido o mesmo avisado de que seria

58m



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



080

interrompido o fornecimento. Hipótese em que constatada, ainda, a fraude praticada pelo consumidor para alterar o medidor de energia. 2. Recurso Especial improvido. (STJ – RESP 200302102093 – (631843 MG) – 2º T. – Relª Minª Eliana Calmon – DJU 15.08.2005 – p. 00256).

.....

Impende observar, ainda, não ter havido desrespeito ao disposto no art. 22 do Código do Consumidor no concernente à continuidade na prestação de serviço essencial, visto que esta em momento algum se fez ausente.

Descontinuidade não se confunde com interrupção. A prestação dos serviços de responsabilidade da Agravante tem caráter permanente, estando à disposição da população em geral de forma ininterrupta. Não obstante tratar-se de serviço público, vinculado à noção de Estado, não se caracteriza pelo fornecimento gratuito, sendo premente a necessidade de contra-prestação pecuniária à empresa privada concessionária.

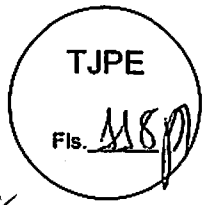
Desta forma, diante de inadimplência do usuário, está a Agravante autorizada a interromper a prestação do serviço, sendo esta uma medida pontual, não caracterizando descontinuidade do serviço.

A mesma sorte reserva-se à alegação de *fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ao direito da Agravante*, visto ser esse relevante requisito, equiparado ao *justificado receio de ineficácia do provimento final*, contido no art. 461, § 3º, do CPC, remetendo assim à noção de "necessidade" premente da outorga imediata da tutela, sem a observância do procedimento ordinário, sob pena de ineficácia, i. e., imprestabilidade da própria prestação jurisdicional pleiteada.





**Podor Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



081

Desta forma, uma vez mantida a liminar determinando o restabelecimento da energia elétrica estimular-se-ia a inadimplência. Observando-se presente o requisito em questão.

Repiso, caso o Agravado tenha interesse em obter a religação do serviço de fornecimento de energia elétrica, deverá pagar ou negociar o débito relativo ao consumo normal (faturas descritas às fls. 42).

Nesse diapasão, **DOU PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo o efeito suspensivo anteriormente concedido, para reformar a decisão recorrida em todos os seus termos, autorizando a suspensão do serviço no caso de inadimplência das faturas relativas ao consumo normal.

É como voto.

Recife, *27/01/10*

*[Assinatura]*

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

78M